

“SER MIGRANTE” NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: saúde, gênero e inclusão social dos migrantes residentes na Região Noroeste do Estado¹

Natália Lazzari Lacorth

Graduanda em Direito pela Unijuí. Bolsista Pibic/Unijuí do projeto: “SER MIGRANTE” NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: saúde, gênero e inclusão social dos migrantes residentes na Região Noroeste do Estado, sob a orientação da profa. Dra. Janaína Machado Sturza.

Gabrielle Scola Dutra

Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ com Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES) sob orientação da Professora Pós Doutora Janaína Machado Sturza. Mestre em Direitos Especiais pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus Santo Ângelo (Bolsista CAPES/TAXA 2018/2020). Especialista em Filosofia na Contemporaneidade pela URI. Pós-graduanda em Direito Penal e Processual prático contemporâneo pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Integrante do grupo de pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (CNPq). E-mail: gabriellescoladutra@gmail.com

Janaína Machado Sturza

Profa. Orientadora. Pós-doutora em Direito pela Unisinos. Doutora em Direito pela Universidade de Roma Tre/Itália. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Especialista em Demandas Sociais e Políticas Públicas também pela Unisc. Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, lecionando na Graduação em Direito e no Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado. Integrante da Rede Iberoamericana de Direito Sanitário. Integrante do Comitê Gestor da Rede de Pesquisa em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Integrante do grupo de pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (CNPq). Pesquisadora Gaúcha FAPERGS – PqG Edital 05/2019.

RESUMO

Este artigo é produto do projeto de pesquisa financiado pelo Edital Pesquisador Gaúcho FAPERGS 05/2019, destacando, inicialmente, que as reflexões propostas a seguir são ainda parciais, provenientes de uma pesquisa que está em andamento. Neste sentido, então, a referida pesquisa propõe na sua origem, como objetivo norteador geral, o mapeamento e a consolidação dos dados acerca dos fluxos migratórios com destino à Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – destacando-se os municípios de Santo Ângelo, Ijuí, Santa

¹ Artigo elaborado a partir do projeto “SER MIGRANTE” NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: saúde, gênero e inclusão social dos migrantes residentes na Região Noroeste do Estado, financiado pela FAPERGS – Edital PqG 05/2019, desenvolvido junto ao programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí.

Rosa e Três Passos, identificando e analisando as implicações vinculadas a este processo, sobretudo quanto às questões de saúde, gênero e inclusão social dos migrantes em sua relação com a população local da região, com vistas a reunir elementos para subsidiar a criação/melhoria de políticas públicas voltadas ao atendimento desta população pelos Municípios da Região. A partir deste cenário, a presente pesquisa caracterizar-se-á como um estudo de caso, já que pretende averiguar como o migrante é acolhido na Região Noroeste do Estado do RS, especialmente no que se refere à consolidação de direitos, seguindo três eixos essenciais: saúde, gênero e inclusão social. Portanto, o projeto de pesquisa não se propõe a estudar somente os instrumentos formais do direito, mas também os instrumentos econômicos e, sobretudo, sociais e políticos, com os quais as sociedades locais se organizam e estabelecem interlocuções diretas e fundamentais. Por fim, ressalta-se, novamente, que a pesquisa ainda está em fase de construção no que diz respeito às reflexões teóricas. E, quanto ao estudo empírico, por conta da pandemia estão sendo realizados contatos via email, com a perspectiva futura de realização das coletas de dados *in loco*.

Palavras chave: Gênero; Inclusão social; Migrações; Saúde.

ABSTRACT

This article is the product of the research project financed by the Public Notice Researcher Gaúcho FAPERGS 05/2019, highlighting, initially, that the reflections proposed below are still partial, resulting from a research that is in progress. In this sense, then, the referred research proposes in its origin, as a general guiding objective, the mapping and consolidation of data about migratory flows destined for the Northwest Region of the State of Rio Grande do Sul - highlighting the municipalities of Santo Ângelo , Ijuí, Santa Rosa and Três Passos, identifying and analyzing the implications linked to this process, especially regarding issues of health, gender and social inclusion of migrants in their relationship with the local population of the region, with a view to gathering elements to subsidize the creation / improvement of public policies aimed at serving this population by the Municipalities of the Region. From this scenario, the present research will be characterized as a case study, since it intends to find out how the migrant is welcomed in the Northwest Region of the State of RS, especially with regard to the consolidation of rights, following three essential axes : health, gender and social inclusion. Therefore, the research project does not intend to study only the formal instruments of law, but also the economic and, above all, social and political instruments, with which local societies organize themselves and establish direct and fundamental interlocutions. Finally, it is emphasized, again, that research is still under

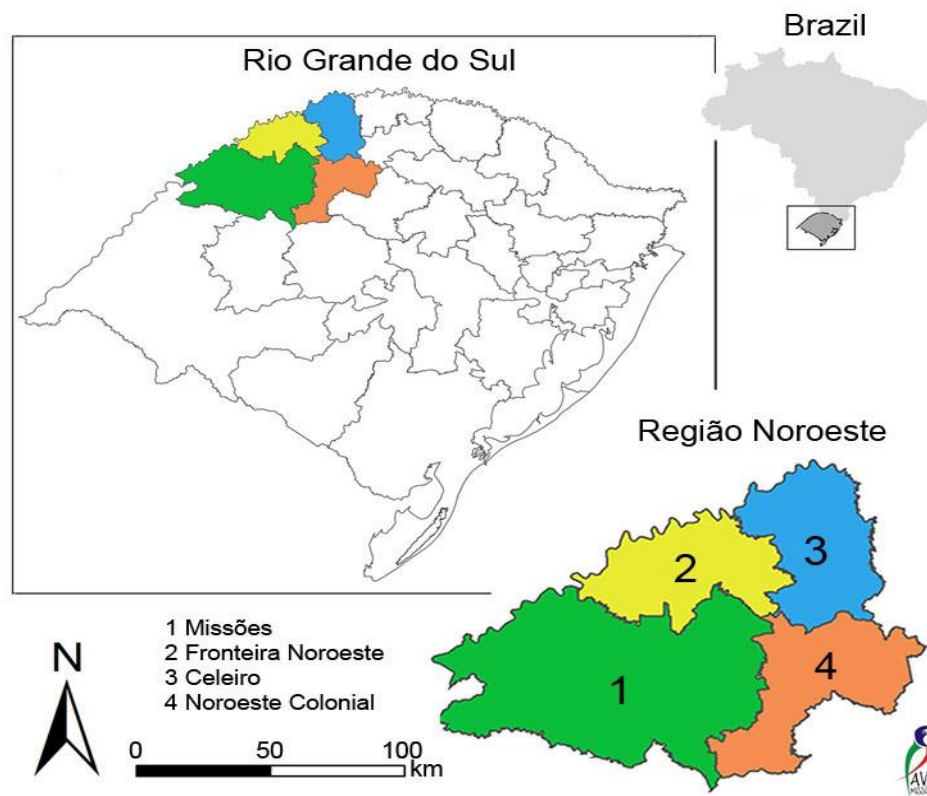
construction with regard to theoretical reflections. And, as for the empirical study, due to the pandemic, contacts are being made via email, with the future perspective of conducting data collections on the spot.

Keywords: Gender; Social inclusion; Migrations; Health.

1 Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo geral mapear e consolidar dados acerca dos fluxos migratórios com destino à Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Referida macrorregião abrange setenta e sete municípios do Estado, que integram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) do Noroeste Colonial, Celeiro, Missões e Fronteira Noroeste, compreendendo uma população de aproximadamente 656 mil pessoas. Santo Ângelo é o principal dos 25 municípios das Missões; Santa Rosa, da Fronteira Noroeste, que tem 20 municípios; Três Passos, no Celeiro, com 21 municípios; e Ijuí é o principal dos 11 municípios do Noroeste Colonial. A IES proponente atua em três desses Municípios principais: Ijuí, Três Passos e Santa Rosa.

Figura 1: A Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: <http://avemissões.blogspot.com/p/regiao-das-missoes.html>

Objetiva-se, inicialmente, diante da escassez de pesquisas nesse sentido, consolidar dados quantitativos relacionados à idade, gênero, nacionalidade e formação profissional dos migrantes que aportam na região, com especial atenção nos principais municípios – Santo Ângelo, Ijuí, Santa Rosa e Três Passos. Uma vez levantados esses dados, buscar-se-á investigar o impacto das migrações na região a partir de três eixos básicos: acesso à saúde, questões de gênero e inclusão social envolvendo os migrantes.

No primeiro eixo, objetiva-se avaliar como a população constituída pelas migrantes de diferentes nacionalidades tem sido atendida pelos serviços básicos de saúde dos Municípios da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se as políticas públicas e as estratégias em saúde destinadas à população migrante. Para tanto, é importante também averiguar a interlocução existente entre os entes federados, no sentido de atender as demandas existentes nas comunidades locais de acolhimento. Por fim, mister se faz averiguar o impacto orçamentário no atendimento às demandas de saúde da população local, em detrimento da população migrante.

No segundo eixo, pretende-se averiguar como as questões de gênero – notadamente aquelas que se relacionam com temas do multiculturalismo – têm se apresentado entre os migrantes de diferentes nacionalidades que residem na região sob estudo e a população autóctone. Neste sentido, na interseção entre migração e gênero, pretende-se investigar questões específicas acerca da constituição familiar destes grupos, orientação sexual e identidade de gênero, e as condições das mulheres migrantes e sujeitos LGBTTs especificamente no que tange à gravidez, maternidade e ao exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos e sua sujeição a formas específicas de violência de gênero. O objetivo portanto, é verificar de que modo as diversas construções de gênero – seja dos países de origem, seja dos países receptores - impactam na condição de migrante e na sua adaptação às comunidades locais.

Por fim, no terceiro eixo, pretende-se avaliar o processo de inclusão social dos migrantes na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de marcadores como acesso ao mercado de trabalho, acesso às políticas públicas locais, números relacionados às ocorrências policiais envolvendo migrantes, de modo a aferir em que medida as políticas voltadas aos migrantes – quando existentes – estão adequadas aos princípios e às garantias fundamentais estabelecidas nos documentos nacionais e internacionais de Direitos Humanos, essenciais para uma efetiva integração e acolhimento desses sujeitos, e que não estejam vinculadas apenas à normatização de regras de trânsito migratório.

Portanto, o projeto busca dar visibilidade a sujeitos até então invisíveis, seja para o Poder Público, seja para a sociedade civil, e até mesmo para a Universidade. Neste sentido, ao identificar, nominar e dar voz à sujeitos até então inexistentes aos olhos das comunidades locais, o projeto objetiva, ao longo de sua realização, contribuir para a consolidação de uma articulação entre órgãos de políticas públicas e órgãos da sociedade civil dos municípios que constituem a Região Noroeste para a construção de uma rede de amparo, recepção e acompanhamento dos migrantes que aqui chegarem, no que tange ao acesso aos direitos e a sua inclusão social.

A partir deste cenário, a presente pesquisa caracterizar-se-á como um estudo de caso, já que pretende averiguar como o migrante é acolhido na Região Noroeste do Estado do RS, especialmente no que se refere à consolidação de direitos, seguindo os três eixos essenciais já mencionados: saúde, gênero e inclusão social. Portanto, o projeto de pesquisa não se propõe a estudar somente os instrumentos formais do direito, mas também os instrumentos econômicos e, sobretudo, sociais e políticos, com os quais as sociedades locais se organizam e estabelecem interlocuções diretas e fundamentais, tais como Secretarias Municipais da Saúde; Secretarias Municipais de Educação; Secretarias Municipais de Assistência Social; Órgãos Municipais de Direitos da Mulher; Conselho Tutelar; Sistema Nacional de Emprego/SINES; Coordenadoria Regional da Saúde; Coordenadoria Regional de Educação; COREDES do Noroeste Colonial, Ceilero, Missões e Fronteira Noroeste; Polícia Militar; Polícia Civil; Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Procuradorias jurídicas municipais, Polícia Federal.

Nesse sentido, primeiramente serão coletados dados quantitativos relacionados à idade, gênero, nacionalidade e formação profissional dos migrantes que aportam na região. Uma vez levantados esses dados, buscar-se-á investigar o impacto das migrações na região, a partir dos três eixos básicos já apontados como norteadores da pesquisa: acesso à saúde, questões de gênero e inclusão social envolvendo os migrantes.

Quanto ao método de abordagem, de procedimento e à técnica de pesquisa, serão utilizados o hipotético dedutivo, o analítico e a documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) e direta (entrevistas e questionários), respectivamente, ou seja, a partir de hipóteses concebidas por meio de levantamento bibliográfico e legislativo, além de observações e interlocuções na/com a realidade empírica, será possível perceber de que modo as teorias podem ser estudadas, aplicadas, modificadas e recriadas, no sentido de contribuir na (re)construção do conhecimento partindo de realidades locais. Portanto, tomando como ponto de partida os aspectos gerais – tanto teóricos quanto empíricos, serão traçados os resultados e

conclusões específicas, com o intuito de construir e aprofundar a análise sobre o tema, tecendo argumentações críticas que sejam capazes de produzir impactos como a produção de conhecimento acadêmico-científico sobre o tema; a capacidade de inserção e diálogo com a comunidade regional por parte da Universidade – UNIJUÍ; a visibilidade do tema e, conseqüentemente dos sujeitos envolvidos – migrantes – diante da comunidade regional, a qualificação do marco regulatório da migração no âmbito nacional, estadual e municipal; a criação e/ou qualificação de políticas públicas acerca das temáticas abordadas, e na melhoria da atuação dos órgãos dos poderes públicos municipais e estaduais no que tange à migração local; a promoção da melhoria da qualidade de vida, inclusão social e acesso a direitos humanos por parte dos migrantes que residem na região objeto da pesquisa.

É importante ressaltar que este texto tem por base dados que ainda estão em construção e, portanto, são reflexões parciais sobre uma pesquisa ainda em desenvolvimento.

2 Entre idas e vindas: a migração e o “ser” migrante

O Brasil é um país conhecido mundialmente por sua hospitalidade, pelo povo receptivo e carismático e pela sua multietnicidade, mistura de diversos povos e etnias que, ao longo do tempo chegaram e se estabeleceram ao longo do território brasileiro. A população de nosso país, portanto, é formada por uma mistura de diversas etnias, com pessoas possuindo diferentes características, traços e culturas, que surgiram a partir de povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos, que através da imigração, estabeleceram um lar em território brasileiro.

Segundo dados publicados pela International Organization for Migration (OIM) no ano de 2016, o Brasil foi identificado como um país receptor de migrantes durante a última década (STURZA *et al.*, 2019). Os principais fluxos migratórios direcionados ao país são os fluxos latino-americanos, com uma parte também para africanos e asiáticos, que decidem sair de seus países de origem após episódios de crise, perseguições políticas, étnicas ou culturais, catástrofes ou situações de vulnerabilidade social.

O Brasil é conhecido por ter fronteiras menos rígidas, o que acaba por atrair pessoas que estão em busca de um novo país para se estabelecerem. Segundo Schmitz (2015), técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nos últimos anos os países emergentes tornaram-se grande polo de atração de imigrantes, e na América Latina temos o Brasil, com principal destaque, e também o México, Colômbia e Peru.

A migração serve, muitas vezes, como forma de esperança para os migrantes que estão em busca de melhor qualidade de vida em outro país. Entre os anos de 2010 e 2018, o Relatório Anual do Observatório das Imigrações Internacionais (OBMigra) registrou cerca de 774,2 mil imigrantes no país, tendo destaque para três povos: Haitianos, Bolivianos e Venezuelanos (BRASIL, 2019).

A grande vinda de Haitianos para o país começou principalmente após uma grave crise política e um terremoto que assolou o Haiti no ano de 2010. Esses eventos levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a iniciar uma Missão de Paz no país, que iniciou em 10 de setembro de 2004 e se estendeu até 15 de outubro de 2017, onde o Exército Brasileiro foi enviado como forma de instrumento para auxiliar o país que estava devastado a criar formas e condições para que a paz seja alcançada no local. A presença das tropas militares e discursos do então atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, os quais afirmavam que o Brasil estaria recebendo haitianos da melhor forma possível, transmitiram aos Haitianos uma segurança em nosso país.

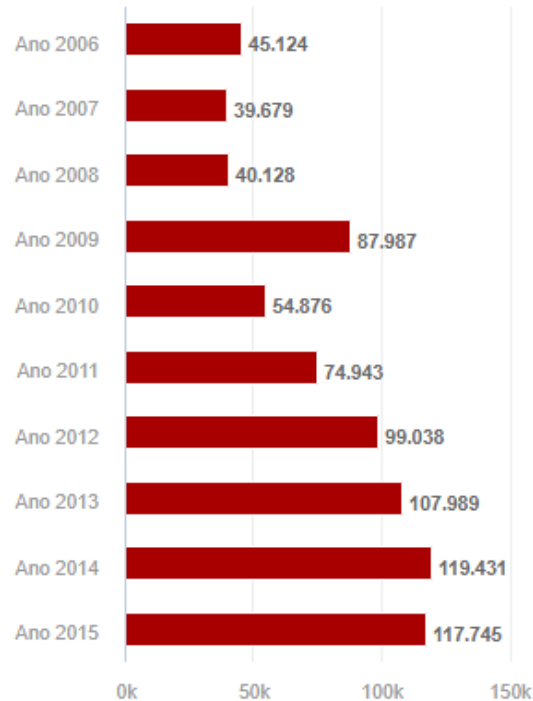
Figura 2 – Países de origem dos imigrantes que chegaram no Brasil em 2015.



Fonte: MORAIS (2018).²

² MORAIS, Pâmela. **Migração no Brasil: quem vem para o nosso país?** 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/migracao-no-brasil-quem-vem-para-ca/>. Acesso em: abr. 2021.

Figura 3 – Número de imigrantes registrados pela PRF por ano no Brasil



Fonte: MORAIS (2018).³

O fenômeno da migração traz muitas consequências para ambos os países participantes. Apesar de o Brasil ainda possuir um volume muito pequeno de imigrantes, números abaixo de 2% da população, Segundo Sturza *et al.* (2019) “a efetivação dos Direitos Humanos dos migrantes no país tem encontrado inúmeros percalços.”

Para começar, a maioria da população brasileira demonstra ter preconceitos com esses estrangeiros, ao pensarem que eles não podem contribuir de forma positiva com o país. Sturza *et al.* (2019) afirma que “a rejeição aos imigrantes no Brasil é mascarada por questões “neutras”, como qualificação/especialização do imigrante, proteção do mercado de trabalho nacional, e até mesmo questões de ordem parasitária de proteção das estruturas sócias.”

Pesquisas do Instituto de Pesquisa e de Inteligência de Mercado no Mundo (IPSOS) revelaram que grande parte dos brasileiros não acredita que os refugiados realmente estejam em situação de necessidade e emergência, e ainda afirmam que a entrada de refugiados no

³ MORAIS, Pâmela. **Migração no Brasil**: quem vem para o nosso país? 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/migracao-no-brasil-quem-vem-para-ca/>. Acesso em: abr. 2021.

país pode significar uma situação de risco à população, já que terroristas poderiam estar entrando em nosso território desta forma (STURZA et al., 2019).

Nielsson, Sturza e Wermuth (2019) também destacam o fenômeno da feminização da migração em um contexto onde a imigração era um movimento predominantemente masculino até a década de 1970. Nos anos posteriores a participação feminina aumentou e já chega à 50% das pessoas que participam de fluxos migratórios. Cada vez mais mulheres migram em busca de trabalho, melhores condições de vida e independência financeira.

Lisboa (2006) afirma que aproximadamente 100 mil mulheres movem-se anualmente ao redor de todo o mundo na luta pela sobrevivência e em busca de oportunidades de trabalho, de estudo e muitas vezes como uma forma de conquista da independência em relação à opressão e violência. Muitas destas mulheres, após chegarem a seus destinos, acabam se submetendo a uma condição descrita por Sturza *et al.* (2019) como “dupla vulnerabilidade”: a condição precária de ser migrante e condição precária de ser mulher e reprodutora.

A situação de dupla vulnerabilidade em que as mulheres migrantes são expostas começa desde as poucas ofertas de subempregos até o fato de estarem expostas a violências de todos os tipos. Essas condições de vida degradantes não respeitam de forma alguma aos Direitos Humanos. A falta de oportunidades e o limitado acesso aos serviços públicos de saúde ampliam ainda mais os riscos e a vulnerabilidade destes indivíduos (NIELSSON; STURZA; WERMUTH, 2019).

Ramos (2012, p. 86) demonstra que

a feminização das migrações internacionais faz parte da nova era das migrações, quer seja no quadro do reagrupamento familiar, quer seja como migrantes autônomas, existindo cada vez mais mulheres que emigram sozinhas com projectos migratórios independentes da reunificação familiar, prevendo-se um aumento crescente da migração feminina.

Diante de tal contexto, importante se faz demonstrar algumas reflexões iniciais sobre o diálogo estabelecido entre saúde e migração.

3 Desafios para o campo da saúde: as migrações

O aumento do fluxo migratório para o país revelou uma série de fragilidades, inadequações nas políticas públicas e o despreparo das cidades, governos e instituições que se relacionam com os imigrantes. Além das dificuldades em efetivar os direitos humanos a essas

pessoas, a precariedade na manutenção do acesso à saúde também encontra desafios em sua efetivação.

Dias e Gonçalves (2007, p. 15-16) apontam que “a migração representa um desafio para a Saúde Pública nos vários países. Atendendo à complexidade dos determinantes de saúde dos imigrantes, à heterogeneidade destas populações e à falta de dados nacionais e internacionais consistentes sobre estas questões, a investigação nesta temática é ainda muito incipiente.”

Machado *et al.* (2007, p. 119) considera que a vulnerabilidade dos imigrantes decorre, em primeiro lugar, das características da família: emprego/desemprego, tipo de emprego, escolaridade e habitação. Pobreza ou privação sociomaterial repercutem-se, em alguns casos, na exclusão social a bens e serviços, onde se incluem a saúde e a educação, tornando estas famílias e grupos mais vulneráveis e frágeis.

O acesso à saúde, direito fundamental e social previsto pela Constituição brasileira de 1988, deveria ser garantido e fornecido pelo Estado a todos os cidadãos, incluindo imigrantes que venham a morar no Brasil e estão em busca de uma melhor qualidade de vida. Dias e Gonçalves (2007) apontam que os migrantes estão expostos a uma maior vulnerabilidade a doenças e a outros problemas de saúde, bem como o processo estressante da migração pode causar um impacto negativo na saúde mental destas pessoas, que podem desenvolver depressão, esquizofrenia e stress pós-traumático.

Lechner (2007, p. 79), da mesma forma, reitera que “a condição de se ser um e/migrante comporta um mal-estar e um sofrimento evidentes que precisam ser, num primeiro momento, reconhecidos para poderem ser, num momento seguinte, situados nos devidos contextos particulares de vivência dos seus protagonistas”.

Conforme Lechner (2007, p. 79), os países onde o apoio médico e psicológico já tem uma base em serviços de psiquiatria e psicologia cultural ou transcultural, demonstram a necessidade de incorporar nos meios de diagnóstico e de cura formas de inserção e apoio desses pacientes no meio não médico. “É necessário desenvolver uma consciência crítica construtiva capaz de rever os próprios instrumentos conceptuais e práticas institucionalizadas de apoio aos imigrantes, tais como as noções de identidade, cultura, saúde, doença e cura” (LECHNER, 2007, p. 97).

Ramos (2012, p. 88-89) reitera que “Em relação às famílias e crianças migrantes, vários estudos mostram que quanto mais as famílias são excluídas, maiores são as dificuldades de integração e escolares das crianças e maiores são as suas necessidades de cuidados pediátricos, pedopsiquiátricos e psicológicos”. Igualmente, afirma que as “mulheres

enfrentam, também, novos problemas de saúde, de discriminação e de violência, novas problemáticas familiares e identitárias” (RAMOS, 2012, p. 89).

Ramos (2012, p. 87) cita que “o acolhimento, a integração e a saúde dos migrantes, nas sociedades receptoras, estão relacionados com um conjunto complexo e variado de factores, onde se destacam factores psicológicos, sociais, económicos, culturais e políticos”. E, neste ínterim, é importante também destacar as questões de gênero que permeiam a complexidade do tema.

4 Saúde e mulheres migrantes

Na área da saúde da mulher e saúde reprodutiva, Nielsson, Sturza e Wermuth (2019) demonstram a desigual exposição das mulheres a riscos para a saúde, quando comparadas com os homens, em uma realidade onde os piores índices relacionados com a mortalidade materna, perinatal e infantil, prematuridade, taxas de incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e de violência contra as mulheres são encontradas.

Por esses motivos, a maioria dos imigrantes não adquire o costume de utilizar dos sistemas públicos de saúde como forma preventiva de problemas de saúde, o que dificulta muitas vezes o tratamento de doenças quando identificadas tardiamente. Mulheres em situação de pré-natal acabam não buscando o acompanhamento necessário durante a gravidez, o que corrobora com os índices citados anteriormente.

Dias e Gonçalves (2007) citam que, apesar da existência de políticas públicas e sistemas de saúde com oferecimento universal desse serviço, os migrantes encontram diversos desafios para o acesso aos mesmos. As diferenças no ambiente físico e social, o choque de culturas e estilos de vida com o novo país, as barreiras linguísticas, as diferenças nos sistemas administrativos e legais, a falta de informação e o fato de muitas vezes residirem em zonas degradadas, são alguns dos obstáculos enfrentados.

Os factores culturais ligados a essas divergências dificultam a utilização dos serviços de saúde materna e os cuidados pré-natais por parte das mulheres imigrantes, que juntamente com a falta de acesso, estrutura e planejamento, por parte das cidades e da falta de sensibilidade, muitas vezes, dos profissionais da área, para enfrentar essas diferenças.

Ramos (2012, p. 85-86) afirma que “o processo migratório não é simplesmente sinónimo de encontro cultural, já que implica uma adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido ou hostil. Esta adaptação vai depender de factores múltiplos, relacionados com aspectos específicos da aculturação, e exige muitas

mudanças” e “são particularmente as mães e as crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida as mais vulneráveis às rupturas e às transformações resultantes do processo migratório e de aculturação” (RAMOS, 2012, p. 89).

Ramos (2012, p. 89) assevera que a situação de migração pode representar uma fonte de stress e depressão para a mulher migrante, sobretudo para a mãe, com sérias consequências para a criança, devido às rupturas, desenraizamento cultural, isolamento, solidão, dúvidas e ansiedade que acompanham os processos migratórios e de maternidade.

Nielsson, Sturza e Wermuth (2019) afirmam que de um modo geral, os refugiados e imigrantes em nosso país estão tendo acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da estratégia Saúde da Família, que “é considerada uma estratégia primordial para a organização e o fortalecimento da atenção básica, onde a partir do acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada, são desenvolvidas ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes” (FIOCRUZ, s/d) ou das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O acesso a esses serviços se torna essencial para a diminuição da vulnerabilidade e para a maior inserção desses indivíduos na sociedade e comunidade local. É responsabilidade do Estado garantir os direitos sociais básicos às populações migrantes, estando incluso o acesso à saúde (CARPENTIERI, 2019, s/p) e todo o apoio a mulheres que precisam de auxílio quando se encontram em situações precárias.

Sobre essa questão, Carpentieri (2019, s/p) assevera que

as mulheres imigrantes possuem especificidades culturais, psicossociais e biológicas que necessitam de maior atenção por parte dos serviços de saúde. Os estudos sugerem que as dificuldades parecem intensificar-se nos âmbitos da saúde sexual e reprodutiva, sendo a gravidez e a maternidade períodos de maior vulnerabilidade à doença e ao risco. Os resultados de pesquisas desenvolvidas apontam no sentido dos profissionais de saúde não estarem devidamente preparados para atuar com as populações imigrantes.

Machado *et al.* (2007, p. 121) afirmam que a fragilidade/vulnerabilidade dos imigrantes revela-se nos maus resultados em saúde, e isso pode ser verificado pelo mundo todo. Seguindo resultados de pesquisas, é mais importante e vantajoso proporcionar mecanismos de suporte a estas populações do que apenas aumentar o investimento em cuidados de saúde cada vez mais diferenciados.

Entre estes mecanismos, os cuidados de saúde primários são essenciais, devendo ser acessíveis por todas as famílias da comunidade e englobar ações de promoção da saúde, prevenção, cuidados curativos e reabilitação (MACHADO *et al.*, 2007, p. 123-124). Os

cuidados de saúde à criança devem ser centrados na família, em parceria, com continuidade e partilhados, qualquer que seja o nível, primário ou hospitalar, através de um esforço interdisciplinar coordenado. A sua dimensão é especialmente importante nas crianças de famílias com pobreza e exclusão social (MACHADO *et al.*, 2007, p. 125).

Nielsson, Sturza e Wermuth (2019), entretanto, afirmam que a população imigrante não é sistematicamente abrangida pelos sistemas existentes de informação, prevenção e tratamento, por isso os imigrantes tendem a adotar menos comportamentos preventivos. Em mulheres, as quais precisam de um maior acompanhamento da saúde sexual e reprodutiva, esse hábito pode causar situações de risco e o aumento da dificuldade e custos em tratamentos.

Nesse sentido, as mulheres grávidas necessitam ainda mais de atenção nesses momentos de suas vidas, onde todo o processo da imigração, como as viagens e suas precariedades inerentes, causam complicações e riscos às gestantes. Nesses casos, o acesso e atenção pré-natal se tornam essenciais e indispensáveis. O stress associado a uma gravidez, acrescido das dificuldades próprias à condição de imigrante, pode tornar algumas mulheres particularmente vulneráveis durante o período da gravidez e pós-parto (NIELSSON; STURZA; WERMUTH, 2019).

5 Conclusão

Dada a relevância do tema abordado nesta pesquisa - o fenômeno migratório - e o seu alcance geográfico – Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – espera-se que a sua realização produza impactos especialmente no que tange à:

a) Produção de conhecimento acadêmico-científico sobre o tema. A produção de conhecimento gerado pela pesquisa impactará na produção de Monografias de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado sobre o tema, seja no Curso de Graduação em Direito ou no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIJUÍ, bem como das demais instituições de ensino regionais; no fortalecimento de grupos e de projetos de pesquisa voltadas para o estudo do fenômeno migratório na região, no Estado e no Brasil; na realização de eventos e publicações científicas – artigos científicos, livros e capítulos de livros – acerca da temática; na construção de subsídios empíricos e teóricos para a investigações em nível de Pós-graduação em Direito e áreas afins.

b) Capacidade de inserção e diálogo com a comunidade regional por parte da Universidade – UNIJUÍ. Na medida em que aborda um dos temas mais importantes da contemporaneidade no

âmbito global – as migrações internacionais – a partir da sua situação local, proporcionará subsídios para a solidificação de compromissos e vínculos comunitário da IES, que por sua vez se constitui em uma Universidade Comunitária, possuindo campus em quatro municípios – Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos, nos quais atua com ênfase para a promoção do desenvolvimento regional.

c) Visibilidade do tema e, conseqüentemente dos sujeitos envolvidos – migrantes – diante da comunidade regional. Neste aspecto, por tratar-se de um tema praticamente invisível à comunidade, a realização da pesquisa produzirá impactos: no aumento de circulação de informações acerca da migração na região; na produção e veiculação de notícias em mídias – rádio e televisão – sites e mídias sociais acerca do tema; na intensificação do interesse da comunidade no debate, pautado pelo viés dos direitos humanos.

d) Qualificação do marco regulatório da migração no âmbito nacional, estadual e municipal. Neste aspecto, pretende-se que a pesquisa produza subsídios técnico-científicos capazes de promover reflexões, adequações e, se necessário, alterações no marco regulatório da política de migração municipais, estadual e brasileira.

e) Criação e/ou qualificação de políticas públicas acerca da temática, e na melhoria da atuação dos órgãos dos poderes públicos municipais e estaduais no que tange à migração local. Neste aspecto, a pesquisa produzirá subsídios e promoverá diálogos institucionais capazes de promover a criação ou a qualificação das políticas públicas existentes no âmbito municipal e estadual, auxiliando, desta forma, os poderes públicos municipais e estadual a atuarem qualificadamente no cumprimento das disposições legais já previstas no complexo legislativo brasileiro acerca do tema.

g) Promoção da melhoria da qualidade de vida, inclusão social e acesso a direitos humanos por parte dos migrantes que residem na região objeto da pesquisa. A partir de sua realização, por fim, objetiva-se que a pesquisa promova impactos significativos na promoção da melhoria da qualidade de vida, inclusão social e acesso a direitos humanos dos migrantes residentes na Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Por fim, neste momento, as considerações finais acerca deste artigo e, por conseqüência, desta pesquisa, ainda são preliminares, ou, em outros termos, ainda não se trata exatamente de uma conclusão, visto que a pesquisa está em andamento.

As impressões registradas até aqui, todavia, são no sentido de que, por meio deste artigo e do projeto de pesquisa que está sendo executado, busca-se entender quais os principais impactos causados a partir das migrações, especialmente na Região Noroeste do

Estado do Rio Grande do Sul, visto que o Brasil é um país com fronteiras abertas e com uma entrada facilitada a pessoas que procuram refúgio.

É reforçada a necessidade de buscar a correção desses problemas e desafios para os migrantes, especialmente nas áreas da saúde, gênero e inclusão social, que fundamentam a base de uma vida digna em sociedade.

Os problemas são visíveis na vida em sociedade e, muitas vezes, mostram-se mais complexos do que o esperado. Conforme já mencionado, o projeto de pesquisa ainda encontra-se em andamento e em fase de coleta e organização de dados, não possuindo, portanto, resultados conclusos.

6 Referências

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018.** 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CARPENTIERI, Isabella Martins. **Migração, gênero e saúde:** o acesso das mulheres imigrantes ao Sistema Único de Saúde (SUS) em Porto Alegre. Salão UFRGS, 31. 2019. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/209464/Poster_65293.pdf?sequence=2. Acesso em: 23 abr. 2021.

DIAS, Sónia; GONÇALVES, Aldina. Migração e Saúde. **Revista Migrações**, Lisboa, ACIDI, número temático Imigração e Saúde, n. 1, p. 15-26, set. 2007.

FIOCRUZ. **Saúde da família.** Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/saude-da-familia>.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações – trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **REMHU: "Projeto migratório"**, v. 14, n. 26/27, p. 151-166, 2006.

MACHADO, Maria do Céu *et al.* Cuidados de saúde materna e infantil a uma população de imigrantes. **Revista Migrações**, Lisboa, ACIDI, número temático Imigração e Saúde, n. 1, p. 103-127, set. 2007.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações internacionais contemporâneas.** In: INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. 2005. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MORAIS, Pâmela. **Migração no Brasil:** quem vem para o nosso país? 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/migracao-no-brasil-quem-vem-para-ca/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

NIELSSON, Joice Graciele.; STURZA, Janaína Machado; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. O direito ao acesso à saúde reprodutiva de mulheres migrantes: desvelando processos de precarização da vida. **Revista Derecho y Salud**, Universidad Blas Pascal, n. 3, p. 109-119, 31 oct. 2019.

RAMOS, Natália. Migração, maternidade e saúde. **Repertório**, A. 15, n. 18, p. 84-93, 2012.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira. **Mercado brasileiro atrai imigrantes**. *In*: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25994%3Amercado-brasileiro-atrai-imigrantesguilherme-de-oliveira-schmitz-segundo-as-nacoes-unidas-nos-ultimos-25-anos-os-fluxos-de-imigracoes-internacionais-tem-demonstrado-um-padrao-constante-caracterizado-pelo-crescimento-do-numero-de-imigrantes-e-pela-mai&catid=86%3Adinte&directory=1&Itemid=. Acesso em: 23 abr. 2021.

STURZA, Janaína *et al.* **“Ser Migrante” no Estado do Rio Grande do Sul: saúde, gênero e inclusão social dos migrantes residentes da Região Noroeste do Estado**. *In*: Projeto de pesquisa apresentado em atendimento ao Edital FAPERGS n. 05/2019 – Programa Pesquisador Gaúcho – PqG – Faixa A. Ijuí/RS, jul. 2019.